

## Escola Secundária Rainha Santa Isabel, Estremoz

**Aviso n.º 3148/2016**

Torna-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de pessoal, a lista de antiguidade do pessoal não docente, reportada a 31 de dezembro de 2015.

Os funcionários dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, para reclamação.

1 de março de 2016. — O Diretor, *José Carlos Cabaço Salema*.  
209400036

**Aviso n.º 3149/2016**

Para efeitos do disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 83-A/2014, de 23 de maio e do artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro (ECD), torna-se público que se encontra afixada no *placard* da sala de professores desta Escola, a lista de antiguidade do pessoal docente, reportada a 31 de agosto de 2015.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, para reclamação.

1 de março de 2016. — O Diretor, *José Carlos Cabaço Salema*.  
209399885

## Agrupamento de Escolas Ribeiro Sanches, Penamacor

**Aviso n.º 3150/2016**

Nos Termos do disposto n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99 de 31 de março, torna-se público que se encontra afixada, para consulta, a lista de antiguidade do Pessoal não Docente deste Agrupamento, reportada a 31 de dezembro de 2015. Os interessados dispõem de 30 dias a contar da data de publicação do presente aviso, para reclamação ao dirigente máximo do serviço.

1 de março de 2016. — A Diretora, *Maria Helena da Conceição Robalo Ribeiro Pinto*.  
209397835

**TRABALHO, SOLIDARIEDADE  
E SEGURANÇA SOCIAL**

## Gabinete do Ministro

**Despacho n.º 3517/2016**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, na sua atual redação, ouvido o respetivo provedor, é nomeada para o cargo de vogal da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a licenciada, Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2016 e revoga o Despacho 11478/2014, de 12 de setembro, dando a nomeada a sua concordância para o efeito.

2 de março de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

## ANEXO

**Nota curricular**

1 — Dados Pessoais:

Nome: Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa  
Data de Nascimento: 6 de abril de 1953

2 — Formação académica e formação específica:

Licenciatura em Ciência Política; Curso de Contabilidade e Administração — CEGOC; Curso formação Autárquica — Associação Nacional Municípios; Curso Gestão de Recursos Humanos — INA; Curso Regime Jurídico das Autarquias Locais — CEGOC.

3 — Experiência profissional:

1976-1977 — Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa: assessora do Prof. Dr. Alfredo de Sousa no C. E. E. A.

e membro dos grupos de trabalho que procederam à instalação do Gabinete de Comunicação Social e da Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas; 1978-1984 — Victor de Carvalho, SARL: responsável pelo Departamento de exportação para o mercado europeu; 1984-1989 — M. J. Semião, L.<sup>da</sup>: diretora comercial; 1989-1994 — Sociedade Comercial Internares, L.<sup>da</sup>: diretora comercial; 1991-1994 — Presidente da Junta de Freguesia de Carnaxide; 1994-1998 — Presidente da Junta de Freguesia de Algés; 1994-2000 — RIBATAGRO, L.<sup>da</sup>: diretora comercial; 1998 — Deputada Municipal em Oeiras; 2000-2003 — Professora universitária; 2001-2005 — Vereadora da Câmara Municipal de Lisboa com os pelouros da Ação Social, Habitação Social, Sem Abrigo, Toxicod dependência, Educação e Criança e Património; 2003-2004 — Vogal do conselho de administração da EPUL; 2004-2005 — Vogal do conselho de administração da VALORSUL; 2005-2011 — Deputada à Assembleia da República — X e XI Legislaturas; Desde 2011 — Vogal da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

209403925

**Despacho n.º 3518/2016**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, na sua atual redação, ouvido o respetivo provedor, é nomeado para o cargo de vogal da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o licenciado, Ricardo Filipe Lourenço Alves Gomes.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2016 e revoga o Despacho 3725/2015, de 14 de abril, dando o nomeado a sua concordância para o efeito.

2 de março de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

## ANEXO

**Nota curricular**

1 — Dados Pessoais:

Nome: Ricardo Filipe Lourenço Alves Gomes  
Data de Nascimento: 27 de abril de 1974

2 — Formação académica e formação específica:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, na vertente opcional Jurídico/Políticas, relativa ao Curso Jurídico 1991/96; Curso de Pós-Graduação, em Prática Forense e Assessoria de Empresas, da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa, relativo ao ano de 2001 (frequência); Curso de Direito da Imigração e dos Refugiados do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa, relativo ao ano de 2008.

3 — Experiência profissional:

Estágio de advocacia na Sociedade de Advogados — “PLMJ — A. M. Pereira, Sáranga Leal, Oliveira Martins, Júdice e Associados” — (1997/99); Advogado na Sociedade de Advogados “AJFF — Albino Jacinto, Fernando Fraga e Associados” (2000/02); Adjunto do Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa (2002/03); Adjunto do Gabinete do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação no XV Governo Constitucional (2004); Adjunto do Gabinete do Primeiro Ministro no XVI Governo Constitucional (2004/05); Advogado em prática individual em Lisboa (2005/09); Advogado em prática individual nas Comarcas da Horta e de Santa Cruz das Flores (2009/12); Advogado Associado da Sociedade de Advogados “Legalworks — Rui Gomes da Silva e Associados” (2012/2015); Exerce as funções de Vogal da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa desde março de 2015.

209403966

**Despacho n.º 3519/2016**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, na sua atual redação, ouvido o respetivo provedor, é nomeado para o cargo de vice-provedor da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o licenciado, Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2016.

2 de março de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

## ANEXO

**Nota curricular**

## 1 — Dados Pessoais:

Nome: Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho  
Data de Nascimento: 24 de junho de 1955

## 2 — Formação académica e formação específica:

Licenciado em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa. Pós-graduação em Gestão de Projetos.

## 3 — Experiência profissional:

1978/1996 — Indústria Farmacêutica, Gestor; 1996/2002 — Instituto para o Desenvolvimento Social, Presidente do Conselho Diretivo; 1996/2002 — Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Presidente da Comissão Nacional do Rendimento Mínimo; 1996/2002 — Ministério da Segurança Social e do Trabalho, Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco; 2001/2002- Ministério da Segurança Social e do Trabalho; Coordenador do Plano Nacional de Ação para a Inclusão; 2001/2002 — Comité da Proteção Social, Representante de Portugal e Vice-presidente; 2003/2005- União das Mutualidades Portuguesas, Presidente; 2004/2005 — Mundinter — material médico e hospitalar, Administrador; 2005/2011 — Instituto da Segurança Social, Presidente do Conselho Diretivo; 2005/2011 — Conselho Nacional de Segurança Social, Presidente e representante do membro do Governo responsável pela área do trabalho e da solidariedade social; 2008/2011 — Comissão de Coordenação — Protocolo de Cooperação entre o Governo Português e o Imamat Ismaili (Rede Aga Khan para o Desenvolvimento), Membro em representação do Governo Português na Comissão; 2009/2010 — Ano Europeu do Combate a Pobreza e Exclusão Social, Coordenador Nacional e Representante de Portugal no Comité Consultivo Europeu em Bruxelas para o Ano Europeu; 2009/2011 — Comissão Nacional de Acompanhamento e Avaliação dos Protocolos e Acordos de Cooperação celebrados entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e as organizações representativas das Instituições Particulares de Solidariedade Social, Coordenador da Comissão; 2010/2011 — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — IUL, Vice-Presidente do Conselho Geral; 2010/2011 — Conselho Económico e Social (CES), Conselheiro — Representante do Ministério do Trabalho e da Solidariedade; 2010/2011 — Bolsa de Valores Sociais — Associação pelo Desenvolvimento do Investimento Social, Embaixador; 2010/2011 — Sistema Nacional de Intervenção Precoce (SNIPI), Coordenador Nacional; 2011/2014 — International Social Security Association, Diretor do Departamento de Desenvolvimento da Segurança Social; 2014 — PPLL Consult, Consultor em Proteção Social.

209403909

**Despacho n.º 3520/2016**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 2.º e nos n.ºs 1 e 2 do artigo 13.º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 235/2008, de 3 de dezembro, na sua atual redação, ouvido o respetivo provedor, é nomeado para o cargo de vogal da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o licenciado, Sérgio Rui Lopes Cintra.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de março de 2016

2 de março de 2016. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

## ANEXO

**Nota curricular**

## 1 — Dados Pessoais:

Nome: Sérgio Rui Lopes Cintra  
Data de Nascimento: 1 de setembro de 1972

## 2 — Formação académica e formação específica:

Licenciado em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa; Pós-graduação em Direito das Autarquias Locais pelo Instituto de Ciências Jurídico-políticas da Faculdade de Direito

## 3 — Experiência profissional:

Desde 2013 — Presidente do Conselho de Administração da GEBALIS, E. M.; 2007 a 2013 — Vogal do Conselho de Administração da GEBALIS, E. M.; 2004 a 2007 — Administrador da Lisboa Ocidental, SRU — Sociedade de Reabilitação Urbana; 2000 a 2004 — MARL — Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S. A.

## 4 — Outras Funções:

1993 a 2001 — Presidente da Assembleia de Freguesia de S. Miguel; 1997 a 2005 — Deputado na Assembleia Municipal de Lisboa; 2001 a 2013 — Tesoureiro da Junta de Freguesia de Mercês; Desde 2013 — Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior; Desde 2000 — curador da Fundação “O Século”.

209404021

**Secretaria-Geral****Aviso n.º 3151/2016**

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal comum, foram celebrados os contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com as trabalhadoras do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social abaixo mencionadas:

Nome	Carreira/Categoria	Posição	Nível	Data de início
Ana Cecília Pinto Marques de Matos Castelo Branco . . . . .	Técnico Superior . . . . .	Entre 4.ª e 5.ª	Entre 23 e 27	01-12-2015
Ana Carolina Ribeiro da Cruz . . . . .	Assistente Técnico . . . . .	1.ª	5	07-09-2015
Maria Inês Quintino Pereira Ferreira . . . . .	Assistente Técnico . . . . .	6.ª	11	07-09-2015
Sara Daniela Lopes Barroso . . . . .	Assistente Técnico . . . . .	1.ª	5	17-08-2015

26 de fevereiro de 2016. — A Secretária-Geral, *Maria João Paula Lourenço*.

209400393

**Autoridade para as Condições do Trabalho****Aviso (extrato) n.º 3152/2016**

**Recrutamento por mobilidade na categoria de 2 assistentes técnicos, para o desempenho de funções na Divisão Patrimonial e Financeira da Autoridade para as Condições do Trabalho**

Faz-se público que a Autoridade para as Condições do Trabalho pretende recrutar, por mobilidade na categoria, nos termos do disposto

no 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, dois assistentes técnicos.

Os requisitos formais de provimento e do perfil exigido constarão da publicitação a efetuar na bolsa de emprego público, [www.bep.gov.pt](http://www.bep.gov.pt).

29 de fevereiro de 2016. — O Inspetor-Geral, *Pedro Nuno Pimenta Braz*.

209404192